

Proposta da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da Construtora Lix da Cunha S.A. apresenta para deliberação na Assembléia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 29 de Abril de 2016, a Proposta da Administração a seguir:

I – EM ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

1. Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2015.

Aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como das notas explicativas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes relativos ao exercício social findo em 31/12/2015, a ser publicados no dia 01/04/2016 no “Jornal Folha de São Paulo” e no “Diário Oficial do Estado de São Paulo”.

Os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, conforme requerido pela Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009, constam do Anexo I ao Presente.

2. Resultado do exercício social encerrado em 31/12/2015.

A Companhia apresentou prejuízo contábil em 31/12/2015 no montante de R\$ -9.499 Mil, que deverá ser adicionado ao prejuízo acumulado em exercícios anteriores, pelo que deixa de apresentar as informações sobre a destinação do lucro líquido exigidas pelo Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481 de 17 de dezembro de 2009.

3. Proposta de Remuneração dos Administradores

A Administração propõe remuneração global anual de até R\$ 320.000,00 para o conselho de administração e de até R\$ 1.400.000,00 para a Diretoria, para o exercício de 2016, isto é, com redução de 18,37% para o Conselho de

Administração e 23,08% para Diretoria com relação ao valor aprovado na AGO realizada 30 de abril de 2015.

Atendendo ao disposto no artigo 12 da Instrução CVM nº 481/09, apresenta-se no anexo II, as informações relacionadas no item 13 do Formulário de Referência.

Campinas, 31 de março de 2016.

Conselho de Administração:

Moacir da Cunha Penteado
Presidente

Fausto da Cunha Penteado
Vice-Presidente

Marisa Braga da Cunha Marri
Conselheira

Marco Antonio Ferreira da Costa
Conselheiro

David Rodolpho Navegantes Neto
Conselheiro

Diretoria:

Moacir da Cunha Penteado
Diretor Superintendente

Marisa Braga da Cunha Marri
Diretora Jurídica

Renato Antunes Pinheiro
Diretor Técnico

Elias Abrão Ayek
Diretor de Relações com o Mercado

ANEXO I

**Comentários dos diretores sobre a situação financeira da
Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, conforme a
Instrução CVM 480 de 07 de dezembro de 2009.**

10. Comentários dos diretores

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais:

CENÁRIO GERAL

Final de mais um exercício e a situação da economia do país teve uma acentuada piora sob todos os aspectos com relação aos últimos anos. Estagnação, escassez de recursos financeiros com a falta de financiamentos, desconfiança total de investidores internos e externos, alta nos juros e o pior, a inexistência de perspectivas a curto e médio prazo.

Isto atingiu imensamente o setor da construção civil, ocasionando demissões em massa, a quebra de pequenas e médias empresas, pois a demanda interna tornou-se insuficiente. Adicionalmente, os empresários do segmento tiveram maior dificuldade de acesso ao crédito e os preços dos insumos e matérias primas mantiveram trajetória de alta. Como consequência, ocorreu o agravamento da situação financeira e piora da margem de lucro das empresas.

DESEMPENHO E RESULTADO DA COMPANHIA

Além de ter que enfrentar esta difícil e interminável fase negativa que a economia atravessa, devido principalmente ao maior escândalo já registrado em toda a história política do País, envolvendo praticamente todas as esferas de poder do País, a Companhia continua há muitos anos sendo injustiçada e penalizada, pelo não recebimento de legítimos créditos frente aos mais diversos Órgãos Públicos, que atualmente montam em aproximadamente **R\$ 1.465 bilhões**, valores estes que se pleiteia em juízo e que em alguns casos as decisões judiciais são ignoradas; Isto é o Brasil!

Além disso, continuou a situação de total desproporcionalidade, entre os tempos em que ocorrem as sentenças proferidas das ações a favor, e contra, isto é, a companhia é rapidamente executada, nas ações as quais se tornou devedora de impostos gerados por obras que executou e não recebeu de órgãos públicos, mas, naquelas em que tem valores a receber, as ações se arrastam por mais de uma década, isto é justo? Isto é o Brasil!

A companhia se tornou uma grande devedora de impostos federais porque não recebeu seus legítimos créditos decorrentes da execução de diversas obras públicas, inclusive executadas para a União, Estado de São Paulo e diversos municípios.

Assim se ela é devedora de tributos é porque o Estado em suas diversas esferas descumpriu obrigações contratuais, podendo-se afirmar, pelas decisões que já possui nos processos em que cobra seus créditos, que a União é grande devedora!!!

Em decorrência de referida inadimplência, a empresa de mais de 92 anos de existência vem atravessando a maior de todas as crises financeiras, tendo deixado de ser uma grande empresa, e atuando atualmente com grande dificuldade para conseguir não sucumbir e quitar todo o seu passivo, inclusive trabalhista, com funcionários que trabalharam por mais de vinte, trinta anos na empresa.

Além disso, a Lix é uma empresa que sempre cumpriu suas obrigações, executava suas obras com qualidade: e ao mesmo tempo em que se vê diante de uma crise que ameaça sua sobrevivência, por não receber seus legítimos créditos, devidamente reconhecidos em juízo, ter seus contratos descumpridos e rescindidos sem qualquer justificativa, assiste atônica a operação “Lava Jato” desnudar um esquema formado entre políticos, empresas públicas, marqueteiros e empreiteiras, em que se desviou bilhões de reais, muitas vezes em contratos não executados ou superfaturados. É o total escárnio com os contribuintes, com empresas e cidadãos que tentam sobreviver num cenário de ausência de serviços básicos, infra estrutura inadequada, tributação e juros mais elevados do planeta!!

O resultado líquido (prejuízo) no exercício de 2.015 foi de R\$ 9.499 mil, com margem bruta de 18% sobre o faturamento.

A empresa auferiu prejuízo, motivado mais uma vez por empecilhos, injustiças, intransigências e ilegalidades acima comentado.

3 – PERSPECTIVAS PARA 2.016

Infelizmente as perspectivas para 2.016 não são nada animadoras, devendo persistir o atual quadro da economia, com aumento gradativo da recessão, continuando a afetar assim, todos os segmentos.

Mesmo diante deste crítico momento e de todos os obstáculos que a Companhia vem enfrentando há mais de uma década, a administração continua com o propósito de buscar novos negócios e insistir nas tratativas de acordos em ações judiciais na qual já obteve sentenças favoráveis, oferecendo descontos e parcelamentos.

Estamos buscando parcerias ou associações com empresas sérias com o nosso perfil.

4- MENSAGEM FINAL

Agradecemos a todos aqueles que durante o ano de 2.015, foram valentes e nos ajudaram a enfrentar esta guerra, com perseverança, empenho, dedicação e paciência.

São estes, nossos colaboradores, parceiros, clientes, fornecedores e acionistas.

A Administração

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

- i. hipóteses de resgate
- ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Administração da Companhia continua buscando incrementar a carteira de obras e vem reduzindo os custos.

No que se refere às dívidas oriundas do inadimplemento de contratos públicos, a Companhia permanecerá dependendo de novos acordos para que sejam liquidados os compromissos pendentes.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia mantém controle no sentido de que todas as compras de materiais e contratações de mão de obra, os vencimentos de tais obrigações ocorram após o recebimento das faturas de prestações de serviços emitidas contra nossos clientes, a fim de melhorar a liquidez de seu fluxo de caixa.

No que tange aos investimentos de maior relevância, quando possível, a Companhia tem optado por fazê-los por meio do sistema de operações de crédito com Bancos de investimento e consórcio.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Conforme já mencionado nos itens anteriores, a Companhia pretende obter suas fontes de financiamento para capital de giro utilizando-se do seu fluxo comercial para atingir melhores resultados na relação entre pagamentos e recebimentos, quando insuficientes, buscaremos créditos junto a instituições financeiras com o menor custo possível.

Em relação aos investimentos em ativos não-circulantes a Companhia vem utilizando o sistema de consórcio, além do recebimento de seus créditos para fazer frente ao pagamento das dívidas, especialmente as de natureza tributária.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:
i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os contratos de empréstimos relevantes da Companhia são compostos por:

MODALIDADE	TAXAS (%) (média)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2015	2014	2015	2014
- Capital de giro	CDI + 1,2% a.m.	0	0	8.076	7.728
- Leasing	6,25% a.a. + TJLP	0	0	1.512	275
- Carteira hipotecária	1,36% a.m.	0	0	0	0
TOTAL		0	0	9.588	8.003
Parcela circulante		0	0	9.474	7.889
Parcela não circulante		-	-	114	114

(1) Os financiamentos e empréstimos estão garantidos, conforme o caso, por (i) hipotecas de imóveis; (ii) aval de diretores e acionistas.

(2) A controlada Lix Incorporações e Construções Ltda. registra os valores de atualização do saldo a pagar ao Banco Credibel S.A., em discussão judicial, através das estimativas adotadas pelo próprio Perito Judicial na atualização desse débito. Essa provisão constituída acumula saldo de R\$ 7.425 em 31/12/2015 e R\$ 6.328 em 2014 sendo o saldo residual (R\$ 2.163) refere-se a aporte de recursos temporários parceiros/investidores .

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não há

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não há

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não há

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	dez/15	Vert%	dez/14	Vert%	Horiz
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	6.005	100%	12.343	100%	-51%
Custos Operacionais	-4.925	-82%	-9.446	-77%	-48%
LUCRO BRUTO	1.080	18%	2.897	23%	-63%
DESPESAS OPERACIONAIS					
Honorários da Administração	(916)	-15%	-945	-8%	-3%
Contingencias Trabalhistas	(773)	-13%	-621	-5%	24%
Gerais e Administrativas	-3.116	-52%	-5.387	-44%	-42%
Tributárias	(38)	-1%	-257	-2%	-85%
Depreciações e Amortizações	(375)	-6%	-369	-3%	2%
TOTAL	-5.218	-87%	-7.579	-61%	-31%
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	-4.138	-69%	-4.682	-38%	-12%
OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS					
Participação no Resultado Controladas					
Receitas Financeiras	11.118	185%	5.879	48%	89%
Despesas Financeiras	-8.697	145%	-9.352	-76%	-7%
Prov.p/ Contingências	-6.512	108%	21.408	173%	-70%
Prov.p/ Devedores Duvidosos	(1.629)	-27%	831	7%	-296%
TOTAL	-5.720	-95%	24.050	195%	-76%
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	-9.858	164%	28.732	233%	-66%
Outras Resultados Operacionais	-216	-4%	38.688	313%	-101%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS	-	-	-	-	-
Participação dos Minoritários	10.074	168%	9.956	81%	-201%
Participação dos Minoritários	575	10%	-39	0%	-1574%
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO	-9.499	158%	9.917	80%	-196%

As variações que merecem destaque nas Demonstrações de Resultados são as seguintes:

Receita Líquida

No ano de 2015, a receita líquida recuou 51%, refletindo o ambiente econômico de recessão e estagnação econômica do país.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas em 2015 permaneceram estáveis em relação a receita líquida no entanto apresentaram recuo de 42% em relação ao ano anterior, ocasionada principalmente por redução de gastos internos e políticas de corte nas despesas.

Resultado Financeiro Líquido:

O resultado financeiro reflete basicamente os efeitos da correção dos direitos creditórios que a Companhia tem junto aos órgãos Estaduais, Federais e Municipais, frente as correções das obrigações com fornecedores vinculados aos créditos, obrigações tributárias, obrigações trabalhistas e previdenciárias.

Provisão para Contingências.

O aumento nessa rubrica se refere principalmente a revisão das perspectivas de êxito dos processos cíveis, pelo corpo jurídico da empresa, que tendo em vista o andamento de cada processo ajustou os valores a serem provisionados para o mais próximo da situação atual de êxito ou não, além da atualização dos valores. Essa revisão é feita periodicamente e pode variar tanto positiva quanto negativamente, dependendo do andamento do conjunto de processos judiciais envolvidos.

Comentário sobre as Controladas / Coligadas inativas:

Quando a companhia receber parte dos créditos que possui junto aos Órgãos Públicos, o que possibilitará assim quitar as dívidas fiscais das empresas inativas: CBI Construções Ltda, CBI Industrial Ltda, Pedralix S.A. Indústria e Comércio as mesmas deverão ser encerradas.

10.2 Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

- i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita
- ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A operação apresentou prejuízo causado principalmente pelo baixo nível de atividade operacional

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Não há.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Não há.

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. introdução ou alienação de segmento operacional
- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária
- c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10.4 Os diretores devem comentar:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Em 2015 os auditores independentes formularam as seguintes ênfases:

Ênfases:-

a) Em 31/12/2014, em decorrência, principalmente, dos ajustes da opção pelo Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), a Companhia apurou um lucro de R\$ 9.917, reduzindo, desta forma, os prejuízos acumulados para R\$ 5.428 naquela data. Entretanto, no período de 01/01 a 31/12/2015 a Companhia voltou a apresentar prejuízo no valor de R\$ 9.499 e, portanto, os prejuízos acumulados até 31/12/2015 apresentam um montante de R\$ 14.927, situação esta que, somente poderá ser revertida, mediante a adoção de medidas que enfatizem, entre outras, o aumento das receitas, a redução dos custos fixos, e o aporte de capital, aliados à melhoria substancial de sua margem operacional, a fim de não comprometer o desenvolvimento futuro de suas atividades operacionais; **b)** A Companhia e suas controladas mantém saldos significativos de contas a receber junto ao poder público (municipal, estadual e federal) com impossibilidade de uma adequada determinação do valor exato e época da sua efetiva realização, com reflexos significativos no seu capital de giro; **c)** A Companhia e suas controladas vem atravessando sério comprometimento financeiro que se agravaram, principalmente, no quarto trimestre de 2015 com a significativa queda do seu faturamento e essa situação somente será revertida com o advento de novos contratos de obras ou serviços ou ainda com a efetivação de acordos com o poder público para a realização de valores antigos de contas a receber ("**b**" acima), situações essas que, se não ocorrerem, inviabilizará a capacidade de pagamento mensurada com base no fluxo de caixa da Companhia, o que certamente irá comprometer o desenvolvimento de suas atividades operacionais. Em decorrência, no exercício de 2015 a Companhia não obteve entradas de recursos suficientes para honrar os compromissos assumidos e, desta forma, aprofundando a sua inadimplência com credores, o que deverá acarretar a elaboração de um plano de recuperação, caso não seja revertida a liquidez de seus créditos junto ao poder público; **d)** Conforme mencionado na nota explicativa nº "02.k" a Companhia, na forma do CPC nº 32, não adota a prática de constituir provisões diferidas para o IRPJ e CSLL, por não apresentar histórico de lucratividade e expectativa de lucros tributáveis futuros; e, **e)** A Companhia mantém transações significativas com partes relacionadas e, conseqüentemente, suas demonstrações podem não refletir, necessariamente, a posição financeira que seria obtida, caso tivesse operado exclusivamente com empresas não ligadas; e, **f)** Em relação aos créditos classificados no ativo circulante no valor de R\$ 252.332, referentes a controlada a título de precatórios e faturas a receber, entendemos que apenas o valor de R\$ 15.278, possui evidências de recebimento dentro do período de 365 dias, de acordo com os Pronunciamentos Contábeis CPC's 26, 38 e Lei 11.638, o valor de R\$ 236.054 deveria ser reclassificado para o ativo não circulante, desta forma, o índice de liquidez corrente que mede a capacidade de honrar os compromissos de curto prazo seria de R\$ 0,10; para honrar R\$ 1,00.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Dentre as política contábeis adotadas, a Companhia considera crítica as seguintes:

CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Faturas a vencer e serviços a faturar	93	76	1.837	1.754
Créditos vencidos antes de 01/Janeiro/2012	261.306	251.458	266.945	255.796
(-) Provisão para perdas eventuais	(10.067)	(8.557)	(11.080)	(9.452)
TOTAL	251.332	242.977	257.702	248.098
Parcela circulante	251.332	242.977	257.182	247.548
Parcela não circulante	-	-	520	550

O registro dos valores a receber de clientes, apresentados nas demonstrações contábeis, considerou o seguinte:

- Os valores de créditos a receber vencidos estão relacionados com contratos diretos ou de sub-empitada de obras já executadas, total ou parcialmente, junto a diversos organismos municipais, estaduais e federais, tais como: Prefeituras, Departamentos Estaduais de Estradas e Rodagem e Governo Federal.

Provisões para Contingências

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais decorrentes do curso normal das suas operações. As provisões para contingências foram constituídas para fazer face às perdas consideradas prováveis nesses processos, os quais estão relacionados a questões trabalhistas, tributárias e cíveis. A provisão foi constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, segundo o aconselhamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos.

Em 31 de Dezembro de 2015, o valor total das provisões para contingências e os depósitos judiciais relacionados com as questões em disputa, estavam compostos da seguinte forma:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Provisões contabilizadas	29.866	24.257	57.257	47.139
- Depósitos judiciais	(1.971)	(1.994)	(3.151)	(3.170)
- Provisões líquidas	27.895	22.263	54.106	43.969

NOTA 15. FORNECEDORES

No saldo de **R\$ 35.165** (consolidado), refere-se em sua maioria a fornecedores vinculados ao crédito (Contas a Receber Clientes)) sob litígio junto a órgãos públicos, contabilizados em conta de ativo circulante.

Os valores desses débitos vinculados estão atualizados monetariamente de acordo com os índices pactuados em contratos a juros legais, os quais não diferem daqueles utilizados para a atualização dos ativos respectivos. Os valores devidos a fornecedores que estão vinculados ao ativo circulante, foram analisados nas mesmas bases descritas na nota explicativa n.º 5, cujos saldos ajustados estão devidamente correspondidos.

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e manutenção de controles internos eficazes para a preparação e divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, bem como pela avaliação em conjunto com a auditoria externa da eficácia desses controles. A preparação e divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas é um processo desenvolvido pelo setor de contabilidade e controladoria, sob a Supervisão do Gerente de Controladoria, da Administração da Companhia e da Auditoria Externa e executados pelos administradores e funcionários a fim de fornecer razoável segurança quanto à confiabilidade das informações contidas nos relatórios financeiros.

A preparação das demonstrações contábeis para uso externo são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), e as alterações produzidas pela Lei n.º 11.638/07 e Medida Provisória n.º 449/08, convertida em Lei n.º 11.941/09, assim como os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exigidos para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2015.

São adotados procedimentos que buscam assegurar:

1. O correto registro de todos os fatos contábeis, com detalhamento razoável a fim de refletir satisfatoriamente as transações e disposições dos ativos da Companhia;
2. Que as transações sejam registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis conforme os princípios contábeis geralmente aceitos e que os recebimentos e gastos da Companhia somente sejam feitos com autorizações da administração e dos diretores da Companhia.

Devido às limitações próprias dos controles internos, ocasionalmente podem ocorrer que erros não sejam detectados oportunamente a fim de serem evitados, no

entanto, esses erros sempre que detectados são corrigidos a fim de refletir da melhor forma a posição financeira e patrimonial da Companhia.

A Administração em conjunto com a auditoria externa avaliaram os controles internos da Companhia referente as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015 e concluíram que são suficientes e apropriados para refletir de forma confiável as informações financeiras e patrimoniais da Companhia.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores independentes não identificaram durante a execução dos trabalhos de auditoria, deficiências ou recomendações sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o parecer sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados
- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição
- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
 - i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
 - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
 - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
 - iv. contratos de construção não terminada
 - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos
- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há.

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
- b. natureza e o propósito da operação
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não há previsão e não há investimentos significativos em andamento.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há previsão e não há desinvestimentos significativos em andamento.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não há

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há

10.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não há

ANEXO II

Informações relativas à remuneração dos administradores requeridas no item 13 do formulário de referência, conforme Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009

13. Remuneração dos administradores

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos²³:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A remuneração designada pela Companhia aos seus administradores tem se pautado pelo grau de responsabilidade e tempo de dedicação às funções, além de critérios pertinentes às competências desenvolvidas, reputação profissional e outras práticas adotadas por Companhias de porte e segmento de atividade semelhantes.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

O montante global da remuneração percebidas pelos administradores se estabelece anualmente por meio da Assembléia Geral Ordinária, levando-se em conta os honorários mensais, 13º salários e férias.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

RUBRICA	DIRETORIA EXECUTIVA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
SALÁRIOS, PRÓ-LABORE	85,70%	100,00%
13º SALÁRIO	7,14%	0,00%
FÉRIAS	7,16%	0,00%
TOTAL	100,00%	100,00%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os reajustes de cada um dos elementos da remuneração se baseiam em pesquisas de mercado realizadas anualmente, com o intuito de analisar se a remuneração dos administradores está compatível com àquela verificada em empresas de porte e situação semelhantes.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Em razão da atual situação financeira e patrimonial da Companhia, considera-se como mais adequado, o modelo adotado para a composição da remuneração.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não há indicadores específicos de desempenho.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não aplicável.

- e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Não aplicável.

- f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Parte da remuneração dos administradores é suportada pelas Controladas Lix Empreendimentos e Construções Ltda., e pela Lix Incorporações e Construções Ltda.

- g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há.

13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

a. órgão

b. número de membros

c. remuneração segregada em:

i. remuneração fixa anual, segregada em:

- salário ou pró-labore.
- benefícios diretos e indiretos.
- remuneração por participação em comitês.
- outros

ii. remuneração variável, segregada em:

- bônus
- participação nos resultados
- remuneração por participação em reuniões
- comissões
- Outros

iii. benefícios pós-emprego

iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo v. remuneração baseada em ações

d. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

e. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal²⁷

As tabelas e notas abaixo apresentam a remuneração anual atribuída ao Conselho de Administração e à Diretoria Estatutária da Companhia reconhecida no resultado do exercício

social encerrado em 31 de dezembro de 2015, considerando a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme indicado no quadro abaixo1; e prevista para o exercício social corrente.

Mês	Conselho de Administração	Diretoria
JAN	5	4
FEV	5	4
MAR	5	4
ABR	5	4
MAI	5	4
JUN	5	4
JUL	5	4
AGO	5	4
SET	5	4
OUT	5	4
NOV	5	4
DEZ	5	4
TOTAL	60	48
MÉDIA	5	4

Exercício Social encerrado em 31/12/2015 e 2014

	Conselho de Administração		Diretoria	
	2015	2014	2015	2014
Número de membros	5	5	5	5
Remuneração fixa anual:				
Salário ou pró-labore	174.600	174.600	741.018	770.648
Benefícios diretos e indiretos	0	0	0	0
Remuneração por participação em Comitês	0	0	0	0
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável	n/a	n/a	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor da remuneração	174.600	174.600	741.018	770.648

Exercício Social corrente (Previsão para 2016)

	Conselho de Administração 2014	Diretoria 2014
Número de membros	5	5
Remuneração fixa anual:		
Salário ou pró-labore	320.000	1.400.000
Benefícios diretos e indiretos	0	0
Remuneração por participação em Comitês	0	0
Outros	n/a	n/a
Remuneração Variável	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	n/a
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a
Valor da remuneração	320.000	1.400.000

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo²⁸:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação ao bônus:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
- d. em relação à participação no resultado:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

A Companhia não efetuou pagamento de remuneração variável a seus administradores nos últimos 3 exercícios sociais, nem tem previsão de pagamento para o exercício social corrente.

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais
- b. principais objetivos do plano
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- f. número máximo de ações abrangidas
- g. número máximo de opções a serem outorgadas
- h. condições de aquisição de ações
- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j. critérios para fixação do prazo de exercício
- k. forma de liquidação
- l. restrições à transferência das ações
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

A Companhia não tem nenhum plano de remuneração aos seus administradores baseado em ações.

13.5 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Órgão	Ações ON Lix da Cunha
Conselho de Administração	1.655.667
Diretoria	662.522

13.6 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo³⁰:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
 - i. data de outorga
 - ii. quantidade de opções outorgadas
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
 - iv. prazo máximo para exercício das opções
 - v. prazo de restrição à transferência das ações

- vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - 1. . em aberto no início do exercício social
 - 2. . perdidas durante o exercício social
 - 3. . exercidas durante o exercício social
 - 4. . expiradas durante o exercício social
- d. valor justo das opções na data de outorga
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

A Companhia não tem nenhum plano de remuneração aos seus administradores baseado em ações.

13.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo³¹:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- d. em relação às opções exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
 - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não aplicável.

13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções exercidas informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de exercício
 - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- d. em relação às ações entregues informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de aquisição

- iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Não aplicável.

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d. forma de determinação da volatilidade esperada
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. nome do plano
- d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- e. condições para se aposentar antecipadamente
- f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

A Companhia não possui nenhum plano de previdência em vigor conferido aos administradores.

13.11 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. valor da maior remuneração individual
- d. valor da menor remuneração individual
- e. valor médio de remuneração individual

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	Conselho de Administração		Diretoria	
	2015	2014	2015	2014
Número de membros	5	5	4	4
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	34.920	34.920	148.203	154.129

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	2015	2014
Conselho de Administração	100%	100%
Diretoria Estatutária.....	100%	100%

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não há.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há.